

TEMÁTICA LIVRE

Padrões e limitações nas práticas teórico-metodológicas dos artigos sobre interseccionalidade, gênero, raça e classe na Comunicação¹

Patterns and limitations in theoretical-methodological practices on articles about intersectionality, gender, race and class in Communication

LUCIANNA FURTADO

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, BRA.

E-mail: lucianna.furtado@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4818-9370>

1 Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no In[ter]disciplinadaes - Congresso Latino-americano de Estudios Feministas del Sur, em Montevideu, sem publicação de anais. Agradeço às coordenadoras e colegas do Simpósio Temático "Feminismos e gênero nas práticas comunicacionais: teorias e enfoques desde o Sul Global" pelas discussões durante o evento. Agradeço também aos colegas do Coragem - Grupo de Pesquisa em Comunicação, Raça e Gênero, pela discussão e contribuições à pesquisa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Edição v. 45
número 2 / 2026

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 45 (2)
mai/2026-ago/2026

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

PPG|COM UFF

Programa de Pós-Graduação
COMUNICAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

FURTADO, Lucianna. Padrões e limitações nas práticas teórico-metodológicas dos artigos sobre interseccionalidade, gênero, raça e classe na Comunicação. **Contracampo**, Niterói, v. 45, n. 2, p. 01-15, maio/ago. 2026.

Submissão em: 26/11/2025; Revisor A: 03/03/2026; Revisor B: 09/05/2026 | Dados dos pareceres da segunda rodada - Revisor A: 16/06/2026. Aceite em: 16/06/2026

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v45i2.69926>



Resumo

Este trabalho analisa artigos sobre interseccionalidade e gênero, raça e classe em periódicos brasileiros de alto impacto da Comunicação, identificando padrões e limitações nas práticas teórico-metodológicas. Parte de uma metapesquisa mais ampla, esta etapa foca nos modos de abordagem e nas relações entre eixos de poder. O trabalho mostra como as ideologias de poder permeiam a produção de conhecimento, de modo que se contestam determinadas relações de poder enquanto outras são encobertas. Os resultados evidenciam o tratamento dos eixos de poder como irrelevantes; sua ausência das análises apesar de sua relevância; a disjunção entre o gênero na teoria e na empiria; a incorporação da raça à classe e vice-versa; hierarquias entre eixos de poder; a raça como alvo preferencial das limitações; e os eixos de poder apenas como indicativo de subalternidade e não de privilégio.

Palavras-chaves

Interseccionalidade; Pensamento feminista negro; Racismo; Epistemologia; Meta-pesquisa.

Abstract

This paper analyses articles about intersectionality and gender, race, and class in Brazilian high-impact Communication journals, identifying patterns and limitations in the theoretical-methodological practices. Part of a broader meta-research, this phase focuses on the approach to and the relations between axes of power. This work reveals how power ideologies permeate the production of knowledge, in a way that certain power relations are contested while others are covered up. The results show that the axes of power are treated as irrelevant; are absent from analyses despite their relevance; the disjunction between gender in theory and in its empirical dimension; the incorporation of race into class and vice versa; hierarchies between axes of power; race as the preferred target of limitations; and the axes of power only as an indication of subordination and not of privilege.

Keywords

Intersectionality; Black feminist thought; Racism; Epistemology; Meta-research.

Introdução

Este trabalho analisa artigos sobre interseccionalidade e os eixos de poder de gênero, raça e classe publicados em periódicos brasileiros da Comunicação. Parte de uma metapesquisa mais ampla, o objetivo desta etapa é identificar padrões e limitações nas práticas teórico-metodológicas das pesquisas, centralizando as revistas mais bem avaliadas como um território de disputa entre diferentes concepções das relações de poder.

A pesquisa se ampara na literatura sobre a interseccionalidade e as questões entrecruzadas de gênero, raça e classe, dentre outros eixos de poder (Crenshaw, 1989; Collins; Bilge, 2016; Collins, 2019), e sobre as limitações e distorções recorrentes na apropriação da interseccionalidade na pesquisa científica, como a abordagem dos eixos de poder como vias isoladas e a marginalização de mulheres negras (Alexander-Floyd, 2012), o embranquecimento da interseccionalidade, tornando-a ornamental e sinônimo de diversidade (Bilge, 2013; 2014), a desracialização de debates políticos e desqualificação da interseccionalidade em um contexto supostamente pós-racial (Crenshaw, 2014), e a dissociação da interseccionalidade de seu *ethos* de justiça social (Collins, 2019).

Nesta etapa, direciono o olhar para os modos como tais relações de poder estão imbricadas na própria práxis de pesquisa, em que a interseccionalidade não é apenas o tema dos estudos analisados, mas também o arcabouço teórico-metodológico para interrogar criticamente estas pesquisas. Abordo este conjunto de artigos de maneira inspirada pelo gesto de Lélia Gonzalez, ao indagar sobre o mito da democracia racial: “Que é que ele oculta, para além do que mostra? Como a mulher negra é situada no seu discurso?” (Gonzalez, 1984, p. 224). Assim, busco desvelar como as ideologias dominantes permeiam os estudos sobre interseccionalidade e eixos de poder no campo da Comunicação, de modo que se contestam determinadas relações de poder enquanto outras são encobertas, ocultadas e/ou silenciadas pelas pesquisas do campo.

Na próxima seção, apresento os procedimentos metodológicos que guiaram o desdobramento deste trabalho a partir da fase anterior, da análise dos dados para compor um panorama sobre interseccionalidade e as interseções entre os eixos de gênero, raça e classe no campo (Furtado, 2025). A partir desse panorama, realizo uma análise transversal das observações sobre os artigos, identificando questões recorrentes e pontos de convergência. Na seção seguinte, discuto os achados desse movimento, delineando os padrões e limitações comuns nas práticas teórico-metodológicas deste conjunto de artigos. Como o objetivo não é expor casos individuais, direciono o foco para as recorrências detectadas no conjunto, oferecendo exemplos ilustrativos de como os problemas se manifestam.

Metodologia

Esta metapesquisa busca aprofundar a compreensão acerca dos estudos sobre a interseccionalidade e as questões entrecruzadas de gênero, raça e classe, com o objetivo de apreender como as próprias relações de poder estão imbricadas na produção de conhecimento sobre o tema no campo da Comunicação. Para isto, coletei artigos sobre as interseções entre gênero, raça e classe publicados nos periódicos brasileiros mais bem avaliados do campo¹, utilizando os termos de busca:

1 Como referência, utilizei a lista das revistas na área de Comunicação no Brasil elaborada pela Compós, selecionando as classificadas como A1-A4 no Qualis-Periódicos da avaliação quadrienal 2017-2020 da Capes. Foram consultados 23 periódicos: *Matrizes*; *E-Compós*; *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*; *Revista Famecos*; *Revista Observatório*; *Comunicação, Mídia e Consumo*; *Estudos em Jornalismo e Mídia*; *Fronteiras: Estudos Midiáticos*; *Galáxia*; *Intexto*; *Reciis - Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde*; *Revista Contracampo*; *Revista Eco-pós*; *Comunicação & Inovação*; *Comunicação & Educação*; *Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura*; *Discursos Fotográficos*; *Logos: Comunicação e Universidade*; *Lumina*; *Organicom*; *Questões Transversais - Revista de Epistemologias da Comunicação*; *Revista Brasileira de História da Mídia*; *Revista Esferas*. Embora a *Brazilian Journalism Research* seja brasileira, tem como foco o público internacional e publica diversos artigos somente

“interseccionalidade”, “interseccional”, “raça gênero”, “gênero racismo”, “feminismo classe”, “gênero classe”, “raça classe”, considerando apenas os textos em português. Obtive, a princípio, 299 resultados, dos quais foram excluídos resenhas, entrevistas, editoriais, apresentações de dossiês, ensaios visuais e notas de conjuntura, mantendo apenas os artigos; também foram excluídos itens que utilizavam os termos em contextos semânticos distintos (como gênero literário, musical, televisivo ou cinematográfico; classe como divisão de uma série sem relação com classe social), mantendo apenas aqueles em contextos de desigualdade social. Eliminei ocorrências em que os termos eram mencionados sem se referir aos objetos de estudo e em que apareciam apenas nas referências, mas não no texto. Essas etapas de seleção resultaram em um *corpus* de 230 artigos.

Em seguida, analisei estes 230 artigos, construindo uma visão panorâmica dos estudos e debatendo os modos de abordagem dos eixos de poder e das relações instituídas entre eles (Furtado, 2025). Durante a coleta, organização e análise dos dados, identifiquei determinados pontos em comum nos modos como diferentes artigos abordavam os eixos de poder. A partir desta percepção, decidi retornar ao *corpus* de artigos para avaliá-los não individualmente, mas como um conjunto, em uma análise transversal. Esta análise busca identificar e conectar aspectos recorrentes em *corpora* de maiores proporções, a partir de uma abordagem holística focada nas *relações* entre as peças empíricas e seus possíveis agrupamentos (Guimarães Corrêa, 2018, 2019). Nesse movimento, a composição de murais a partir de diferentes elementos permite obter uma visão integral da empiria, favorecendo a visualização das relações, padrões e recorrências, abrindo brechas para identificar também as lacunas, silêncios e ausências no conjunto completo (Guimarães Corrêa, 2018, 2019).

Reuni as anotações da coleta de dados sobre os modos de abordagem dos eixos de poder e das relações entre tais eixos e, em seguida, as organizei em um mural digital, marcando em cores os pontos recorrentes, para observar o conjunto de artigos em busca de “regularidades, peculiaridades e diferenças” (Guimarães Corrêa, 2019, p. 120). De maneira amparada pela visão panorâmica dos artigos, produzida na fase anterior (Furtado, 2025), realizei uma comparação transversal, buscando “detectar regularidades, convergências, singularidades e diferenças” entre as peças, dando abertura para que a própria empiria falasse e chamasse a atenção para seus padrões (Guimarães Corrêa, 2018, p. 326). Aproximei, neste mural digital, as peças com problemas similares de modo a construir um diagnóstico coletivo, que busca romper os limites individuais de cada artigo para identificar padrões epistemológicos mais amplos que explicam como e por que os problemas em questão emergem em diferentes produções do campo.

Fundamentada pelas contribuições do pensamento feminista negro sobre a interseccionalidade e as questões de gênero, raça e classe, esta análise transversal permitiu identificar sete padrões e limitações nas práticas teórico-metodológicas em relação aos eixos de poder: 1) afirmá-los como irrelevantes; 2) reconhecer sua relevância para determinado tema ou objeto, mas não operacionalizá-lo para análise no próprio artigo; 3) operar uma disjunção entre o gênero no arcabouço teórico e o gênero na empiria analisada; 4) incorporar a raça à classe ou vice-versa; 5) estabelecer hierarquias entre eixos de poder; 6) a raça estar ausente, minimizada, em segundo plano ou pouco fundamentada; 7) apreender os eixos de poder apenas em seus polos de subalternidade, mas não de privilégio. Os artigos podem reproduzir mais de uma destas limitações, não constituindo grupos mutuamente exclusivos. Na próxima seção, discuto estes sete itens, detalhando como emergem no conjunto de artigos a partir de exemplos ilustrativos.

Padrões e limitações

1. Irrelevância de eixos de poder

Uma das limitações identificadas nos artigos analisados é abordar os eixos de gênero, raça e/ou classe com o objetivo de desautorizá-los como marcadores de poder. A princípio, cogitei excluir estes trabalhos do *corpus* de análise, mas decidi mantê-los por considerar que a menção explícita a gênero, raça e/ou classe – ao invés de ignorá-los para focar nas questões consideradas mais relevantes – expressa uma intenção de participar dos debates sobre estes eixos de poder, ainda que para deslegitimar sua relevância.

Alguns dos artigos defendem que as relações de poder não obedecem apenas às lógicas do gênero, raça e/ou classe e que há outros fatores mais relevantes para analisar os impactos do poder. Há casos em que o argumento invalida alguns dos eixos de poder como estratégia para iluminar outro, defendendo que, independentemente das interseções com os demais eixos, o marcador eleito como principal demonstra determinada opressão em comum – como se esta experiência fosse equalizada por este e inalterada pelos demais eixos de poder. Em alguns casos, o gênero e a raça são citados para afirmar sua irrelevância diante da classe ou tratados como questões meramente culturais ou identitárias para minimizar seu impacto comparado ao da classe. São poucos os artigos que se enquadram neste item (cerca de 10), mas cabe mencioná-los por defenderem abertamente a irrelevância ou pouca relevância dos eixos de poder.

2. Importante para o tema ou objeto, mas não para a análise

Outra limitação constatada é afirmar a importância do gênero, raça e classe para analisar os fenômenos ou o tema sob discussão, mas não abordar os eixos de poder na própria análise. Cerca de 40 artigos se enquadram neste contexto. Também nesta ocasião, cogitei excluí-los do *corpus*, mas decidi mantê-los por considerar que a ausência de qualquer análise sobre as questões de poder que os próprios artigos nomeiam como relevantes para o tema revela uma peculiaridade sobre o campo: as pessoas pesquisadoras estão cientes da relevância dos eixos de poder, mas, ainda assim, nem sempre abordam tais questões nas análises.

Uma hipótese para explicar esta contradição é que o reconhecimento desta relevância seja apenas uma resposta superficial às cobranças de pareceristas e colegas do campo para abordar tais questões. Em alguns artigos, esta menção mínima aos eixos de poder como relevantes parece constituir uma defesa a estas cobranças, mas sem o devido trabalho de analisar seus impactos sobre o fenômeno em tela. Em parte dos trabalhos, a dificuldade de apreensão destes aspectos está associada à ausência de diálogo com bibliografia sobre a interseccionalidade e as questões de gênero, raça e classe ou com metodologias interseccionais. Há, ainda, artigos sobre epistemologia que defendem a importância dos eixos de poder para fundamentar análises futuras, perdendo a oportunidade de examinar como as relações de poder impactam a produção de conhecimento neste contexto epistemológico. Por fim, há casos em que é especificada a necessidade de uma perspectiva interseccional para abordar o fenômeno, mas esta perspectiva não é concretizada na própria análise.

3. Disjunção entre o gênero na teoria e o gênero na empiria analisada

Uma terceira limitação presente nos artigos analisados é abordar, de maneira arbitrária, apenas o gênero ou apenas o gênero e a classe como categorias analíticas, a partir de perspectivas majoritária ou exclusivamente brancas para examinar fenômenos ligados a mulheres e contextos racializados. Estas perspectivas brancas costumam estar ligadas às teorias feministas do Norte Global e/ou às visões

eurocêntricas reproduzidas por autorias do Sul Global. Esta escolha bibliográfica não apenas ignora a dimensão racial dos fenômenos, mas silencia os modos como a raça conforma as próprias experiências de gênero e apaga contribuições importantes de autorias racializadas sobre o tema. Ao examinar as experiências genderizadas de mulheres racializadas a partir de epistemologias brancas e eurocêntricas, estes artigos constituem uma visão distorcida do gênero a partir da falsa percepção de que a opressão de gênero é vivida de maneira universal por todas as mulheres, de que não há hierarquias de poder entre mulheres.

A tentativa de analisar as experiências genderizadas de mulheres brasileiras a partir de perspectivas brancas e eurocêntricas ignora, além das especificidades nacionais, também os modos como raça e classe permeiam a opressão de gênero (Gonzalez, 1984; Bairros, 1995; Carneiro, 2003), constituindo um abismo epistemológico entre o gênero na teoria (branco, do Norte Global, de classes médias e altas) e o gênero na empiria (racializado, do Sul Global, de classe trabalhadora e periférica). Esta é uma forma de colonização do conhecimento comum no campo da Comunicação e, mais amplamente, nas universidades brasileiras, que ainda insistem em analisar questões nacionais e racializadas por meio de epistemes eurocêntricas e brancas. Além de constituir análises rasas e insuficientes para apreender os fenômenos, os artigos deixam lacunas e incorrem em equívocos interpretativos, devido ao distanciamento entre as experiências de gênero nas teorias e nos fenômenos empíricos.

Cerca de 50 artigos se encaixam nesse contexto, muitas vezes, declarando abertamente a centralidade, foco e maior importância atribuídos ao gênero. Como este *corpus* já é tendencioso para analisar as interseções – abarcando apenas artigos que abordem a interseccionalidade ou, pelo menos, dois dos eixos de gênero, raça e classe – é revelador que esta disjunção entre o gênero na teoria e o gênero na empiria seja tão frequente. Este problema se insere em um contexto mais amplo de incorporação da interseccionalidade à teoria feminista hegemônica (branca), dissociada de seu contexto original de criação no *pensamento feminista negro* (Bilge, 2013; 2014). No contexto desta pesquisa, este fenômeno evidencia que, mesmo entre os artigos que mencionam abertamente as categorias de raça e classe em suas análises de gênero, ainda é relativamente comum recolonizar as análises a partir de perspectivas brancas e eurocêntricas, não contemplando os modos como raça e classe conformam a própria opressão de gênero.

4. Incorporação da raça à classe e da classe à raça

Outra limitação detectada está relacionada à complexa interação entre os eixos de raça e classe nos artigos analisados, abordando duas formas possíveis em que um destes eixos é incorporado ao outro, com consequências distintas. Cerca de 20 artigos se enquadram neste contexto. Na primeira forma, a raça é absorvida e ocultada pela classe: fenômenos marcadamente racializados, situados no entrecruzamento destes eixos de poder, frequentemente são tratados apenas pela ótica da classe, apagando sua dimensão racial. Nesses casos, fenômenos como a violência policial nas favelas são enquadrados como um conflito entre elite e população pobre, ou entre cidadãos de primeira e segunda classe, sem atenção ao modo como o racismo fundamenta esta violência como um genocídio negro (Nascimento, 1978). Esta visão universalista da classe trabalhadora omite como a violência contra pessoas negras e as relações de trabalho em nosso país são profundamente racializadas, imbricadas à história da escravidão e às suas formas de permanência, adquirindo contornos específicos no entrecruzamento entre raça e classe.

Segundo Collins (2019), diversos críticos da interseccionalidade consideram que a classe tem sido negligenciada em estudos interseccionais. A autora defende, porém, que não é que a análise de classe não exista nesse contexto, mas está conceituada por meio de padrões desiguais. A autora argumenta que a classe está presente na práxis intelectual de pensadoras feministas negras, como Angela Davis, ainda que não vinculada explicitamente ao pensamento marxista, como é o padrão do pensamento ocidental sobre

a classe.

Durante a coleta de dados, identifiquei que muitos dos artigos analisam a classe por meio do pensamento feminista negro. Em muitos casos, nem sempre se nomeia o eixo “classe”, mesmo quando esta relação de poder é analisada; às vezes, o artigo anuncia o objetivo de abordar apenas gênero e raça, mas a classe emerge quase naturalmente durante a análise. Desse modo, na segunda forma, a classe é incorporada à análise da raça de maneira indissociável, mesmo em artigos que não afirmam a intenção de realizar tal análise. Nesse sentido, a abordagem da classe tem sido feita por meio do pensamento feminista negro e do pensamento afrodiaspórico, vertentes que, ao refletir sobre a raça, acabam discutindo aspectos de classe, da exclusão e dos privilégios econômicos, da violência e vulnerabilidades materiais, do capital social, das questões ideológicas, bem como os modos como a raça impede ou limita o usufruto dos privilégios de classe média.

Estas duas formas de incorporação de um eixo de poder pelo outro têm consequências distintas. Os artigos que leem os fenômenos racializados como determinados apenas pela classe tendem a abordá-los de maneira mais superficial do que os casos que incorporam aspectos de classe na categoria central de raça. Isto ocorre porque, enquanto os primeiros silenciam sobre a dimensão racial da opressão de classe, os últimos efetivamente abordam questões de classe imbricadas na opressão racial – ainda que o façam sob a nomenclatura da raça e sem diferenciação explícita entre estes eixos na análise. Desse modo, enquanto o primeiro fenômeno é fruto da tradicional formação do pensamento social brasileiro, que privilegia as análises de classe em detrimento do gênero e raça (Gonzalez, 1984), o segundo acaba por lançar luz sobre o caráter interligado dos sistemas de poder no pensamento feminista negro, ainda que precise nomear mais abertamente as análises de classe sendo realizadas.

A tendência a analisar apenas pela ótica de classe questões marcadamente racializadas também é criticada por Lélia Gonzalez, que a nomeia como um reducionismo economicista de vertentes supostamente progressistas. Nesse contexto, a autora indaga: “até que ponto essas correntes, ao reduzirem a questão do negro a uma questão socioeconômica, não estariam evitando assumir o seu papel de agentes do racismo disfarçado que cimenta nossas relações sociais?” (Gonzalez, 2020, s.p.). A autora defende os movimentos negros como espaço para desenvolver a consciência política sobre o racismo e suas interações com a exploração de classe, argumentando pela articulação do gênero, raça e classe a partir da atuação política e intelectual das mulheres negras. Nesse sentido, argumento que a interseccionalidade e outras contribuições do pensamento feminista negro oferecem insumos para análises de classe a partir de perspectivas negras, desenvolvendo concepções racializadas da exploração de classe que dêem conta da complexidade da interação entre estes eixos de poder em nosso contexto nacional, em que a escravidão de pessoas negras e o racismo conformam a relação de classe de maneira distinta da concepção marxista.

5. Hierarquias entre eixos de poder

No contexto contemporâneo, em que a interseccionalidade e outras contribuições do pensamento feminista negro têm chamado a atenção para a natureza interligada dos sistemas de poder, muitas pesquisas performam tentativas de contemplar diferentes eixos na análise, mas nem sempre são bem-sucedidas. Na fase anterior (Furtado, 2025), identifiquei que alguns artigos atribuem centralidade a um eixo de poder específico na análise. Esta escolha não necessariamente significa uma desvantagem ou limitação, podendo constituir uma opção metodológica coerente, em que se parte de uma categoria central para examinar como as demais se entrecruzam e impactam a conformação do poder em determinado contexto. Por outro lado, pode indicar uma hierarquia, em que um único eixo é centralizado como categoria analítica de poder e os demais são acrescentados como acessórios, com menos importância e profundidade crítica. Neste tópico, foco nessa segunda possibilidade, em que se

constitui uma hierarquia entre eixos de poder na práxis analítica.

Os artigos que se enquadram neste problema instituem hierarquias arbitrárias entre eixos de poder, alçando um deles a um patamar superior de importância e profundidade, enquanto aos demais não é dada a mesma relevância, atenção e espaço. Este é um dos principais problemas identificados no *corpus* analisado, com cerca de 80 artigos que o reproduzem. Em alguns casos, os artigos escolhem um único eixo como categoria analítica, a ser fundamentado por ampla bibliografia, discutido com profundidade e devidamente reconhecido como questão de poder; enquanto os outros são relegados à condição de mera identidade ou como descritivos individuais, marcadores de diferença, indicadores de diversidade e cultura, sem conectar estes aspectos à sua dimensão mais ampla como estruturas de poder.

Em alguns casos, esta hierarquia toma a forma de uma dicotomia entre redistribuição e reconhecimento (Fraser, 2006), em que apenas a classe é reconhecida em sua dimensão estrutural de poder, enquanto gênero, raça e outros eixos são reduzidos a uma dimensão cultural, simbólica e identitária, desvinculados de sua dimensão de poder. Em outros, centraliza-se a opressão de gênero com bibliografia e profundidade analítica, enquanto raça e classe são mobilizadas como marcadores de identidade e diferença, sem se debruçar sobre como raça e classe operam não apenas relações de poder, mas distinções na opressão de gênero em questão. Nestes casos, os marcadores secundários aparentam ser acréscimos tardios, adendos ou apêndices, não fazendo parte do objetivo central da pesquisa. Há, ainda, casos que articulam a perspectiva decolonial à interseccional, mas de maneira hierarquizada, atribuindo centralidade à colonialidade com os demais eixos em segundo plano; em outros, a colonialidade é tomada como um grande amálgama de todas as formas de poder.

Lélia Gonzalez (1984) já alertava sobre a tendência do pensamento social brasileiro em atribuir centralidade e prioridade à luta de classes, negando-se a incorporar as categorias de raça e gênero em suas análises precisamente por não reconhecer o estatuto de sujeitos humanos das mulheres negras e homens negros. O *corpus* analisado confirma esse aspecto em vários casos, mas emerge também a centralidade do gênero como forma de encobrimento do papel da raça, encabeçado pela centralidade das mulheres brancas no pensamento feminista acadêmico. Como afirma a autora, “[...] o movimento feminista ou de mulheres, que tem suas raízes nos setores mais avançados da classe média branca, geralmente ‘se esquece’ da questão racial” (Gonzalez, 2020, s.p.).

Como mencionado acima, as tentativas de contemplar diferentes eixos de poder nas pesquisas nem sempre são bem-sucedidas. Nesse sentido, destaco, especialmente, o papel da dimensão epistêmica das relações de poder, instituindo hierarquias de centralidade e marginalidade em relação aos modos de produção de conhecimento e às práticas de citação, tendo impactos significativos na análise. Mesmo em artigos que abordam gênero, raça e classe como categorias analíticas de poder, ainda persiste esta forma de hierarquização epistêmica, em que o eixo central não apenas tem mais espaço, mas também é amparado por um arcabouço teórico mais robusto e, conseqüentemente, tem maior profundidade analítica.

As reflexões de Audre Lorde (2019) sobre as hierarquias entre formas de opressão nos movimentos sociais oferecem contribuições importantes para lidar com esta hierarquia na pesquisa científica:

Sendo uma pessoa negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, mãe de duas crianças – uma delas, um garoto – e parte de um casal interracial, eu me lembro a todo momento de que sou parte daquilo que a maioria chama de desviante, difícil, inferior, ou um escancarado “errado”. Por estar em todos esses grupos, aprendi que a opressão e a intolerância com o diferente existem em diversas formas [...]; e que, dentre aqueles de nós que têm o mesmo objetivo de libertação e de um futuro possível para as nossas crianças, não pode existir uma hierarquia de opressão (Lorde, 2019, p. 235).

Nesse contexto, Lorde (2019) afirma que, ainda que tenham distinções, estes eixos de poder vêm de um lugar semelhante, que é a crença na superioridade de um grupo sobre outros e, conseqüentemente,

no seu direito de dominá-los. Estando situada no entrecruzamento de diferentes formas de opressão, sua experiência favorece a compreensão da natureza interligada dos eixos de poder: “[...] sei que não posso me dar ao luxo de lutar contra uma única forma de opressão. Não tenho como achar que estar livre da intolerância é direito de apenas um grupo específico” (Lorde, 2019, p. 236). Em consonância com esta convocação de Lorde à luta contra todas as forças discriminatórias, bell hooks (1994) defende uma abordagem holística das formas de opressão, argumentando pelo reconhecimento do caráter interligado e interdependente dos sistemas de poder. Nesse sentido, as pesquisas sobre a interseccionalidade e os eixos de poder no campo da Comunicação no Brasil têm muito a se beneficiar das contribuições do pensamento feminista negro para a correção das falhas e lacunas ainda frequentes nesses estudos.

6. Raça ausente, minimizada, em segundo plano, pouco fundamentada

Na etapa anterior (Furtado, 2025), verifiquei que, embora a classe seja o eixo mais negligenciado quantitativamente como categoria analítica de poder, a raça está mais sujeita a estratégias qualitativas de ofuscamento. Mesmo quando descrita minimamente como estrutura de poder, ainda persistem outras formas de encobrimento da raça, em que seu impacto tende a ser minimizado, posicionado em segundo plano ou abordado de maneira pouco (ou não) fundamentada em bibliografia. Alguns dos casos deste tópico também se enquadram em tópicos anteriores. Apesar disso, considere relevante abordá-los de maneira específica por identificar que, dentre a tríade de gênero, raça e classe, a *raça* é a principal vítima destes problemas, que aponto como um conjunto de estratégias sistemáticas para encobrir, atenuar ou ofuscar o papel da raça nos fenômenos analisados.

A normatividade branca na pesquisa científica é um fenômeno global e o embranquecimento da interseccionalidade em sua absorção pelo pensamento feminista (branco) acadêmico, afastando-se de discussões raciais, não é um fenômeno restrito ao cenário brasileiro – tendo sido discutido por Alexander-Floyd (2012), Bilge (2013, 2014), Crenshaw (2014) e Collins (2019), dentre outras autoras, em contextos do Norte Global. Analisando como as relações de poder impactam a produção de conhecimento científico, Bilge (2014) identifica um cenário de despolitização da interseccionalidade, neutralizando seu potencial crítico para a justiça social.

Nesse sentido, Bilge (2013, 2014) chama a atenção para o apagamento da raça na pesquisa feminista sobre interseccionalidade, contrariando sua criação no ativismo e intelectualidade das mulheres negras. A autora descreve as seguintes estratégias de embranquecimento da interseccionalidade: a dissociação do pensamento feminista *negro* para creditá-lo como uma corrente do pensamento feminista e a omissão da raça para focar em outras categorias de poder, por meio da negação da relevância da raça, da redução da raça à negritude e outros povos racializados (esquivando-se de discussões sobre pessoas brancas) e a dissociação entre a branquitude como característica individual e a branquitude como estrutura de poder racial (Bilge, 2013).

No campo da Comunicação no Brasil, pesquisas anteriores identificaram problemas similares: a dificuldade de articulação entre gênero e raça nas análises, predominando uma visão monolítica sobre gênero, que não abarca os modos como a raça e o racismo incidem nas experiências de mulheres brasileiras (Montoro; Ferreira, 2014); a baixa incidência de trabalhos sobre questões raciais, que têm sido ignoradas pela elite intelectual do campo (Sifuentes, 2022); a tendência a omitir as identidades sociais ou citá-las apenas como um atributo individual, desvinculado de sua dimensão estrutural, com uma preferência pela omissão da raça (Furtado; Sepulveda, 2022); a relutância em abordar criticamente questões raciais e em dialogar com autorias brasileiras racializadas, mesmo em estudos decoloniais (Furtado, 2026); e a distorção da interseccionalidade como apenas um termo da moda, de forma despolitizada e desracializada, desviando a atenção de questões incômodas sobre raça e racismo para afirmar que todas as opressões

importam (Guimarães Corrêa, 2024).

Desse modo, ainda que o campo encontre dificuldades na abordagem integrada dos eixos de poder de modo geral, existe uma tendência a encobrir, especialmente, a dimensão *racial* das estruturas de poder. A partir desse contexto, aponto quatro estratégias utilizadas nos artigos do *corpus* para ofuscar este eixo de poder: a raça estar ausente, ter seu impacto minimizado, aparecer em segundo plano em relação a outro eixo escolhido como mais relevante, ou estar fundamentada em pouca ou nenhuma bibliografia.

Na primeira estratégia, a raça ausente, embora os fenômenos empíricos sejam marcadamente racializados, as análises não abordam esta dimensão, preferindo eleger outros eixos de poder para análise e silenciar sobre os modos como a raça configura a questão em tela. Já a segunda, a raça minimizada, designa artigos que tratam a raça apenas como marcador de diversidade, diferença, multiplicidade de experiências, isto é, como acessórios em torno da centralidade de gênero e/ou classe como categorias analíticas de poder. Nesse contexto, os artigos não reconhecem a dimensão racial como eixo de poder, sendo apenas um tema, objeto ou variável na análise de outras categorias centrais.

Na terceira estratégia, da raça em segundo plano, os artigos até descrevem a dimensão da raça como categoria analítica de poder, mas de maneira limitada e marginalizada, com menos relevância frente à centralidade de outras categorias. Enquanto essas outras recebem mais espaço e profundidade na discussão, a raça é discutida breve e superficialmente. Em alguns casos, esta configuração passa a impressão de que as pesquisas não contemplavam a raça originalmente, sendo um acréscimo posterior, em uma etapa tardia ou durante o processo de avaliação – seja por citarem pouca ou nenhuma bibliografia específica sobre o tema, pelo pouco espaço dedicado à discussão ou pela falta de conexão das questões raciais com o restante da análise.

A segunda e a terceira estratégia se relacionam com o tópico acima, sobre a hierarquia entre eixos de poder, sendo repetido aqui devido à raça ser o alvo preferencial deste fenômeno. Anteriormente, identifiquei que apenas 102 dos 230 artigos analisados (isto é, menos da metade) discutem significativamente a raça, enquanto 45 a discutem superficialmente, 76 meramente a mencionam sem discuti-la na análise propriamente dita, e 7 não a mencionam (Furtado, 2025). Nesse contexto, 84 artigos não citam nenhuma bibliografia sobre raça, embora a maioria a mencione de alguma forma – o que nos leva ao próximo ponto.

Na quarta estratégia, a raça pouco fundamentada, os artigos realizam a discussão racial mobilizando pouca ou nenhuma bibliografia para abordar a raça. Um fenômeno comum nesse contexto é a menção a conceitos do pensamento afrodiaspórico e do pensamento feminista negro, mas de maneira dicionarizada, sem referenciá-los nestas perspectivas teóricas. Isto acontece, especialmente, com a interseccionalidade e seus termos correlatos (interseccional, interseção, interseções, cruzamentos para se referir a relações de poder), que, além de citados de forma semântica e não conceitual, sem referência a nenhuma obra, também apareceram atribuídos apenas a autoras brancas, sem vínculo com o pensamento feminista negro que originou a interseccionalidade. Surpreendentemente, esta menção dicionarizada à interseccionalidade acontece, inclusive, em artigos que trazem este termo no título.

Estas formas de menção à interseccionalidade sem referenciá-la devidamente no pensamento feminista negro configura uma prática de (não-)citação antiética (Furtado; Messias, 2025), racista e sexista contra a produção intelectual de mulheres negras. Segundo Alexander-Floyd (2012), dissociá-la da produção intelectual de mulheres negras e racializadas é uma forma de colonizar a interseccionalidade. Isto evidencia o fenômeno da fungibilidade negra sobre a inovação teórica da interseccionalidade, identificada por Sirma Bilge (2023), que nomeia o afastamento das mulheres negras da interseccionalidade como uma forma de extrativismo acadêmico violento.

Cerca de 120 artigos se enquadram em, pelo menos, uma dessas quatro estratégias para ofuscar a raça, isto é, pouco mais da metade do *corpus* analisado – configurando-se, portanto, como o problema mais recorrente identificado nesta pesquisa. Cerca de 2/3 dos artigos com este problema

performam a abordagem dos eixos de poder por meio de outras vertentes que não a interseccionalidade e/ou outras contribuições do pensamento feminista negro, enquanto 1/3 dos artigos com este problema referenciam este arcabouço teórico. Como destaca Carla Akotirene (2019), a raça é uma categoria analítica imprescindível na abordagem interseccional. Desse modo, embora a filiação à interseccionalidade e/ou ao pensamento feminista negro sinalize avanços em relação ao quadro mais amplo, a citação a este arcabouço teórico nem sempre tem sido suficiente para mitigar os impactos desta tendência, sugerindo que há pesquisas que o referenciam sem aderência a seus princípios políticos e epistemológicos.

7. Interseccionalidade e raça, gênero e classe apenas como subalternidade, mas não como privilégio

Este tópico atualiza e dialoga com os achados de Libardi (2019), que, ao analisar teses e dissertações filiadas à interseccionalidade em diversas áreas do conhecimento, identificou que a maioria se vinculava de modo superficial a este arcabouço teórico, realizando abordagens rasas do ponto de vista epistemológico. A última limitação identificada neste *corpus* de artigos é reproduzir concepções equivocadas da interseccionalidade e dos próprios eixos de poder, reforçando a visão sobre sujeitos normativos como *neutros* ou *universais*, enquanto apenas mulheres são marcadas pelo gênero, ou apenas pessoas não-brancas são marcadas pelo eixo de poder de raça, ou somente pessoas da comunidade LGBTQ+ são atravessadas pelo marcador de sexualidade, e assim por diante. Segundo Crenshaw (1989), o pensamento acadêmico costuma problematizar os eixos de gênero, raça e classe, dentre outros, apenas em seus polos de subalternidade, isto é, quando operados como forma de prejudicar os sujeitos, mantendo ocultas e naturalizadas as dimensões implícitas de privilégio da branquitude, masculinidade, heterossexualidade e assim por diante.

Como afirma Angela Davis (2018), a concepção abstrata de sujeito humano supostamente universal apresenta designações clandestinas de gênero e raça, situadas em seus polos de privilégio. A autora defende que a ação crítica contra as estruturas de poder demanda a devida compreensão histórica da tirania entremeada à ideia de sujeito universal em relação aos *outros*. A visão reproduzida nestes artigos é falha não apenas por sua incapacidade de enxergar a dimensão de privilégio dos sujeitos representativos da norma, mas também por não apreender os eixos de poder de gênero, raça e classe, dentre outros, como estruturas de poder *relacionais*, em que o grupo oprimido só pode existir em sua interação com o grupo dominante, na relação de poder e privilégio de um grupo sobre outro. Por meio dessa concepção equivocada, as categorias de gênero, raça e classe são reduzidas à condição de “outros”, mantendo intactas as estruturas de poder ocultas sob a concepção normativa de sujeito universal.

Em alguns casos, os artigos apontam diretamente as mulheres como sinalizadoras da via de gênero, as pessoas negras como indicadores da via de raça, e assim sucessivamente, como se as identidades normativas não lançassem luz sobre estes eixos de poder em seu privilégio. Em outros casos, os artigos afirmam que a presença de pessoas racializadas e pobres acrescentam os recortes de raça e classe, como se pessoas brancas e ricas não tivessem designação de raça e classe. Nesse contexto, identifiquei que é especialmente silenciada a dimensão da branquitude, como se pessoas brancas não tivessem raça e, consequentemente, privilégio racial. Há artigos que tratam as experiências de homens negros como representativas de questões *apenas de raça*, e as de mulheres brancas como representativas de questões *apenas de gênero*, falhando em captar como cada um desses grupos vive a interseção de gênero e raça. Nesse sentido, as contribuições de Collins (2019, 2024) sobre as ideologias interseccionais da eugenia, supremacia branca e heteropatriarcado oferecem insumos valiosos para desvelar os polos normativos das categorias de poder.

Já os casos que tratam todos os eixos de poder amalgamados sob a ideia de diversidade e contato com o outro, sem discutir criticamente esta concepção de alteridade, reforçam uma visão generalizada

que homogeneiza e naturaliza os eixos de poder que constituem tais outros. De maneira relacionada a estas concepções equivocadas sobre interseccionalidade e os eixos de poder, há artigos que definem abertamente a interseccionalidade como soma ou somatória de opressões, além de afirmações de que as mulheres negras vivem a interseccionalidade – como se sujeitos normativos não vivessem a interseccionalidade de gênero, raça e classe em seus polos de privilégio.

As questões apontadas neste tópico aparecem em cerca de 20 artigos, desvelando fragilidades teóricas na abordagem dos eixos de poder e evidenciando que nem mesmo a referência direta à interseccionalidade garante o compromisso intelectual com suas premissas e princípios políticos. Omite-se, especialmente, os benefícios e privilégios assegurados aos grupos dominantes, escamoteando a natureza relacional das relações de poder para tratar a opressão como uma ação abstrata que impacta apenas os grupos subalternizados. Estas falhas na compreensão da dimensão relacional do poder deságuam em análises frágeis e lacunas consideráveis nesses artigos, que acabam não concretizando o potencial crítico da interseccionalidade para analisar e contestar a injustiça social e as relações de poder.

Considerações finais

Neste artigo, discuti os principais padrões e limitações nas práticas teórico-metodológicas ligadas à interseccionalidade e às questões entrecruzadas de gênero, raça e classe no campo da Comunicação, a partir de uma análise transversal dos modos de abordagem dos eixos de poder e das relações entre eles nos artigos publicados nos periódicos mais bem avaliados da área. Os resultados evidenciaram fragilidades e dificuldades recorrentes que limitam a concretização do potencial crítico da interseccionalidade e da discussão dos eixos de poder nas análises, apontando caminhos para identificar esses problemas. Os resultados também lançam luz sobre os modos como as relações de gênero, raça e classe estão imbricadas nas abordagens críticas sobre estas mesmas relações, dando a ver suas formas de permanência mesmo em espaços dedicados à contestação do poder.

Collins e Bilge (2016) destacam que a provocativa convocação para salvar a interseccionalidade dos estudos de interseccionalidade (Bilge 2013) é um convite à auto-reflexividade no contexto de sua recém-conquistada visibilidade e legitimidade. Segundo as autoras, isto implica resguardar este arcabouço teórico de pesquisas que não fortalecem o compromisso da interseccionalidade com seu *ethos* de justiça social, refletindo sobre os modos como o trabalho intelectual também está implicado nas relações de poder que configuram os campos científicos e o espaço acadêmico.

Em consonância com a reflexão das autoras, este artigo não busca incentivar uma postura de guardiãs (ou *gatekeepers*) da interseccionalidade e das questões entrecruzadas de poder no campo da Comunicação, mas, ao contrário, fortalecer seu potencial crítico em suas diferentes formas de apropriação nos estudos comunicacionais. O objetivo é que este artigo possa servir como um alerta, como um convite à reflexão coletiva sobre as práticas de pesquisa e, por fim, como um guia para aprimorá-las. Há uma miríade de desenvolvimentos recentes no campo que podem auxiliar nesta tarefa, desde reflexões sobre conceitos do pensamento feminista negro para pensar fenômenos comunicacionais (Guimarães Corrêa *et al.*, 2018; Guimarães Corrêa, 2024), até combinações metodológicas como a roleta interseccional (Carrera, 2021), a análise semiótica interseccional (Moreno Fernandes, 2023, 2026), a análise transversal aliada ao pensamento feminista negro para iluminar os vínculos e relações entre peças do *corpus* (Furtado; Guimarães Corrêa, 2024), dentre outras.

Em meio ao caráter interligado e interdependente dos sistemas de poder, cabe chamar a atenção especialmente para a raça, neste contexto, devido às especificidades dos estudos comunicacionais brasileiros. A partir dos achados sobre a raça como principal vítima das estratégias para ofuscar seus impactos nos fenômenos analisados, mesmo em seu aparente reconhecimento como categoria de poder, deixo como recomendação final que o compromisso ético e político antirracista seja tomado como uma

premissa fundamental para os estudos comunicacionais da interseccionalidade e dos eixos entrecruzados de gênero, raça e classe. A predileção por ofuscar a raça revela a persistência e atualização do mito da democracia racial no imaginário científico brasileiro, que reverbera em dificuldades epistemológicas e políticas do campo, demandando reflexão e ação urgentes para remediá-las não apenas nas práticas teórico-metodológicas, mas também nas práticas editoriais, de citação, de orientação, de ensino e em quaisquer outras no âmbito de nosso trabalho como pessoas pesquisadoras.

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALEXANDER-FLOYD, N. Disappearing Acts: Reclaiming Intersectionality in the Social Sciences in a Post-Black Feminist Era. **Feminist Formations**, v. 24, n. 1, p. 1-25, 2012.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BILGE, S. Intersectionality undone: Saving Intersectionality from Feminist Intersectionality Studies. **Du Bois Review: Social Science Research on Race**, v. 10, n. 2, p. 405-424, 2013. <https://doi.org/10.1017/S1742058X13000283>. Acesso em: 18 ago. 2026.

BILGE, S. Whitening Intersectionality: Evanescence of Race in Intersectionality Scholarship. In: HUND, W. D.; LENTIN, A. (Eds.). **Racism and Sociology**. London: LIT Verlag, 2014. p. 175-205.

BILGE, S. A fungibilidade da interseccionalidade: uma leitura Afropessimista. **PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM**, [S. l.], v. 7, n. 13, 2023. DOI: 10.31657/rcp.v7i13.672. Disponível em: <https://revista.fapcom.edu.br/index.php/revista-paulus/article/view/672>. Acesso em: 18 ago. 2026.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CARRERA, F. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. **E-Compós**, v. 24, 2021. DOI: 10.30962/ec.2198. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2198>. Acesso em: 18 ago. 2026.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Intersectionality**. Cambridge: Polity Press, 2016.

COLLINS, P. H. **Intersectionality as Critical Social Theory**. Durham: Duke University Press, 2019.

COLLINS, P. H. **Interseções letais: raça, gênero e violência**. São Paulo: Boitempo, 2024.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1, art. 8, 1989.

CRENSHAW, K. Justice Rising: Moving Intersectionally in the Age of Post-Everything. Public Lecture, LSE, March 26 2014. Disponível em: <https://soundcloud.com/lsepodcasts/justice-rising-moving>. Acesso em: 18 ago. 2026.

DAVIS, A. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Portal Geledés**, 12 jul. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 18 ago. 2026.

DAVIS, A. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 15, n. 14-15, p. 231–239, 2006. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239.

FURTADO, L. Panorama dos estudos sobre interseccionalidade e questões de raça, gênero e classe no

campo da Comunicação. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 48., 2025, Vitória. **Anais eletrônicos...** Vitória: Intercom, 2025. ISSN: 2175-4683. Disponível em: <https://sistemas.intercom.org.br/pdf/submissao/nacional/23/052420251027256831c93d096d0.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2026.

FURTADO, L. Que decolonialidade é essa nos estudos comunicacionais? Questões raciais na práxis decolonial nas revistas de alto impacto do campo da Comunicação no Brasil (2014-2023). **Contemporanea**, v. 24, n. 1, 2026. DOI: 10.9771/contemporanea.v24i1.66276. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/66276>. Acesso em: 18 ago. 2026.

FURTADO, L.; GUIMARÃES CORRÊA, L. Intersectional methods to study the intellectual production of a Black female samba composer. **International Journal of Cultural Studies**, v. 27, n. 6, p. 719-735, 2024. <https://doi.org/10.1177/13678779241268106>. Acesso em: 18 ago. 2026.

FURTADO, L.; MESSIAS, F. Ética antirracista na pesquisa em Comunicação: reflexões iniciais sobre a dimensão racial de práticas de pesquisa. In: Anais do 34º Encontro Anual da Compós, 2025, Curitiba. **Anais eletrônicos...**, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.softaliza.com.br/compos2025/article/view/11235>. Acesso em: 18 ago. 2026.

FURTADO, L.; SEPULVEDA, L. A. Morte e epistemicídio: silêncios e ausências nas produções acadêmicas em Comunicação sobre assassinatos. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 44, n. 3, p. 219-249, set./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v44n3p219-249>. Acesso em: 18 ago. 2026.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: Ensaio, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES CORRÊA, L. Escritas urbanas sobre o discurso oficial: imagens e relatos de uma pesquisa. In: FRANÇA, V. V.; SIMÕES, P. **O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2018. p. 319-338.

GUIMARÃES CORRÊA, L. Intervenções sobre as superfícies urbanas: dissenso, consenso e ambivalências em Londres. **Galáxia**, São Paulo, n. 41, p. 114-127, maio/ago. 2019. DOI: 10.1590/1982-25542019236217. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/36217>. Acesso em: 18 ago. 2026.

GUIMARÃES CORRÊA, L. Four concepts to think from the South. **International Journal of Cultural Studies**, v. 27, n. 2, p. 143-154, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/13678779231218395>. Acesso em: 18 ago. 2026.

GUIMARÃES CORRÊA, L. *et al.* Entre o interacional e o interseccional: contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a Comunicação. **Revista Eco-Pós**, v. 21, n. 3, p. 147-169, 2018. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/20198. Acesso em: 18 ago. 2026.

HOOKS, b. **Outlaw Culture**: Resisting representations. New York; London: Routledge, 1994.

LIBARDI, Guilherme. Panorama dos estudos sobre interseccionalidade no Brasil (2008-2018): notas gerais e especificidades dos objetos empíricos comunicacionais. In: Anais do 28º Encontro Anual da Compós, 2019, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/panorama-dos-estudos-sobre-interseccionalidade-no-brasil-2008-2018-notas-gerais?lang=pt-br>. Acesso em: 18 ago. 2026.

LORDE, A. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 234-236.

MONTORO, T.; FERREIRA, C. Gênero e raça: um mergulho nos estudos de comunicação e recepção. **Animus**: Revista Interamericana de Comunicação Midiática, v. 13, n. 25, p. 3-24. 2014. DOI: 10.5902/2175497713041. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/13041>. Acesso em: 18 ago. 2026.

MORENO FERNANDES, P. Raça, gênero, classe e outras interseccionalidades na comunicação de marcas: Uma proposta de análise interseccional semiótica. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. e43673, 2023. DOI: 10.15448/1980-3729.2023.1.43673. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/43673>. Acesso em: 18 ago. 2026.

MORENO FERNANDES, P. Interseccionalidade e semiótica: considerações metodológicas sobre a combinação de ambos para a análise de mensagens publicitárias. **deSignis**, n. 44, p. 81-93, jan./jun. 2026. <http://dx.doi.org/10.35659/designis.i44p81-93>. Acesso em: 18 ago. 2026.

NASCIMENTO, A. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

SIFUENTES, L. Perspectivas interseccionais de gênero, classe e raça: um mapeamento de estudos de Comunicação. **Mídia e Cotidiano**, v. 16, n. 3, p. 7-27, set./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rmc.v16i3.54630>. Acesso em: 18 ago. 2026.

Lucianna Furtado é pós-doutoranda e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG) e Visiting Fellow no Department of Media and Communications da London School of Economics and Political Science (LSE), com bolsa do Programa Institucional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PIPD-Capes). Doutora e mestre pelo PPGCOM-UFMG. Co-líder do Coragem - Grupo de Pesquisa em Comunicação, Raça e Gênero.